

uma história do mundo
em 47 fronteiras
jonn elledge

Tradução de Carlos Pereira Martins

*Para a Agnes — Meu Deus, quem me dera que estivesses aqui
para ver tudo isto.*

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| <i>Lista de mapas</i> | 11 |
| Introdução | 13 |
| PARTE UM: HISTÓRIAS | 21 |
| A Unificação do Alto e do Baixo Egito | 23 |
| A Grande Muralha da China e a Fronteira como Unificadora | 27 |
| Porque É Que a Europa não É Uma Península da Ásia? | 34 |
| O <i>Limes</i> Romano e o Poder da Periferia | 40 |
| Os Legados de Carlos Magno | 48 |
| As Fronteiras da Grã-Bretanha | 56 |
| Do Feudalismo, Marqueses, Margraves e Lordes das Marcas | 64 |
| A Política de Fronteiras Abertas de Gengis Khan | 69 |
| Espanha e Portugal Dividem o Mundo | 76 |
| Sacro, Romano e Império | 82 |
| A Grã-Bretanha, a Irlanda e a Invenção do Colonialismo Cartográfico | 89 |
| A muito Incompreendida Linha de Mason-Dixon | 96 |
| As Reformas do Governo Local do Imperador Napoleão I | 104 |
| A Invasão Americana do México | 111 |
| O Caso de Schleswig-Holstein | 116 |
| «... Onde o Pé de Nenhum Homem Branco jamais Pisou» | 122 |
| A Comissão de Fronteira Sudão-Uganda | 129 |
| O Nacionalismo Europeu e os Estados Unidos da Grande Áustria | 134 |
| A Grã-Bretanha e a França Dividem o Médio Oriente | 141 |
| A Partição do Ulster | 147 |
| A Partição da Índia | 152 |
| A Cortina de Ferro e a Divisão de Berlim | 161 |

| | |
|---|------------|
| PARTE DOIS: LEGADOS | 167 |
| Conisberga/Kaliningrado, Alemanha Oriental/Rússia Ocidental | 169 |
| O Estranho Caso de Bir Tawil | 176 |
| Os Perigos de Fazer Jardinagem na ZDM da Coreia | 181 |
| A Linha de Nove Traços da China e os Seus Descontentamentos | 188 |
| As Fronteiras Incertas entre Israel e Palestina | 195 |
| As Cidades Gémeas de Baarle-Hertog e Baarle-Nassau | 202 |
| A Fronteira EUA-Canadá e o Problema com Linhas Retas | 207 |
| Alguns Lugares Que não São a Suíça | 213 |
| Algumas Notas sobre Microestados | 219 |
| Os Limites da Cidade | 225 |
| A Maldição dos Subúrbios e as Fronteiras de Detroit | 231 |
| Washington, DC, e o Quadrado entre os Estados | 236 |
| Fronteiras de Uma Terra lá em baixo | 242 |
| Algumas Invasões Acidentais | 249 |
| Costa Rica, Nicarágua e a «Guerra do Google Maps» | 254 |
| O Dilema do Criador de Mapas | 258 |
| | |
| PARTE TRÊS: EXTERNALIDADES | 263 |
| Uma Breve História do Meridiano Primário | 265 |
| Algumas Notas sobre Fusos Horários | 273 |
| Uma Breve História da Linha Internacional de Data | 279 |
| Das Fronteiras Marítimas e do Direito do Mar | 285 |
| Algumas Notas sobre Países sem Acesso ao Mar | 292 |
| Como o Mundo Congelou as Reivindicações | |
| Territoriais na Antártida | 296 |
| A Outra Europa Maior e Mais Musical | 303 |
| Fronteiras no Ar | 309 |
| A Fronteira Final | 313 |
| | |
| Conclusão: O Fim da Linha | 319 |
| | |
| <i>Fontes e Leituras Adicionais</i> | 323 |
| <i>Agradecimentos</i> | 335 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|---|-----|
| A Grande Muralha da China | 31 |
| A fronteira entre a Europa e a Ásia | 36 |
| A divisão do império de Carlos Magno no Tratado de Verdun | 52 |
| O Império Mongol no século XIII | 73 |
| As linhas que dividiam o planeta, acordadas pelas potências católicas das décadas de 1490 e 1500 | 80 |
| As reivindicações sobrepostas da Pensilvânia e de Maryland | 98 |
| As fronteiras estaduais em torno da Península de Delmarva | 100 |
| O império de Napoleão em 1812 | 108 |
| A alteração territorial na guerra entre os EUA e o México de 1846-8 | 115 |
| Schleswig-Holstein, na Península da Jutlândia | 117 |
| Os resultados da Partilha de África | 127 |
| A região examinada pela Comissão de Fronteira Sudão-Uganda | 132 |
| A proposta dos «Estados Unidos da Grande Áustria» | 139 |
| As esferas de influência estabelecidas pelo acordo Sykes-Picot | 143 |
| As terras em redor do Báltico nos dias de hoje | 170 |
| As terras em redor do Báltico entre as guerras | 172 |
| Bir Tawil e as definições egípcia e sudanesa da sua fronteira | 178 |
| A «linha de nove traços» da China | 190 |
| O Distrito de Colúmbia, então e agora | 237 |
| A Linha Internacional de Data | 282 |
| As diferentes categorias de águas territoriais | 287 |
| As reivindicações territoriais na Antártida | 299 |
| A Área Europeia de Radiodifusão | 307 |

INTRODUÇÃO

UMA HISTÓRIA AINDA MAIS BREVE

A principal razão pela qual temos conhecimento da primeira instância registrada de uma fronteira internacional criada pelo homem é por causa da sua abolição.

Não terá sido a primeira que existiu, claro; as pessoas têm desenhado linhas nos mapas desde que existem mapas nos quais desenhar, e, mesmo antes disso, os nossos antepassados terão tido plena consciência de que este lado do rio é a terra da nossa tribo, ao passo que ali, ao longe, habitam os outros. Mas o primeiro exemplo de uma fronteira internacional que podemos determinar com um certo grau de certeza é a que dividiu as terras do Nilo durante o quarto milénio antes de Cristo. A norte deste limite, encontrava-se o Baixo Egito, que fica no delta baixo do rio. A sul, encontrava-se o Alto Egito, que ocupava a faixa mais estreita de terreno mais elevado em direção ao Lago Nasser. A linha divisória ficava em algum lugar nas proximidades do trigésimo paralelo, imediatamente a sul do Cairo moderno.

Mas então, por volta de 3100 a.C., essa fronteira deixou de existir. Menés, que na verdade poderá ter-se chamado Narmer, tornou-se no primeiro faraó ao unir os dois reinos, criando no processo a primeira e mais duradoura identidade nacional do mundo. Durante séculos, os governantes do Egito utilizaram insígnias que combinavam símbolos que representavam ambas as metades dos seus reinos e autodenominaram-se «senhores das duas terras».

Várias coisas são dignas de nota nesta história. Uma delas é que as fronteiras e as delimitações, a divisão entre pessoas como nós e pessoas como eles, estiveram connosco durante toda a história humana. Outra é que, embora ambos possam, por vezes, ter as suas raízes na geografia física real, nem sempre é claro se a fronteira foi moldada por identidades políticas ou se as identidades políticas foram moldadas pela fronteira. Uma terceira

é que as delimitações podem manter ressonância muito depois de serem efetivamente apagadas.

Mas provavelmente o mais importante a retirar desta história é que, perante uma perspectiva suficientemente distante no tempo ou na geografia, quase todas as fronteiras podem tornar-se desconcertantes ao ponto de perderem o sentido.

Eis então um jogo que podem jogar em casa. Coloquem as palavras «mapa do mundo» na função de pesquisa de imagens de um motor de busca e vejam o que aparece. Quase certamente obterão algumas projeções de mapas diferentes — e possivelmente também uma variedade perturbadora de esquemas de cores. Mas é provável que todos os mapas disponíveis sejam, no resto, exatamente iguais, uma vez que o motor de pesquisa pressupõe que, quando se pede um mapa do mundo, o que verdadeiramente se pretende é um mapa *político* do mundo, que mostra as fronteiras nacionais e marca os diferentes países com cores diferentes.

Esta suposição está tão enraizada na cultura em que crescemos que poderá demorar um pouco para compreender que é sequer uma suposição — mas é-o. Poderíamos, em teoria, estar interessados em características geográficas naturais, como rios e montanhas, ao invés de fronteiras nacionais. Mesmo que permanecêssemos no domínio do humano, poderíamos estar mais interessados na questão de onde as pessoas realmente vivem — mapas de cidades e densidade populacional — do que no controlo político, por vezes teórico, sobre os lugares onde elas vivem. Não obstante, o motor de pesquisa pressupõe que aquilo sobre o qual estamos interessados em saber mais são as entidades fabricadas a que chamamos de Estados-nação. E fá-lo porque o mais provável é que o vosso cérebro também o faça.

Este não é necessariamente o modo como os nossos antepassados teriam concebido o mundo. Durante grande parte da história, se uma cartografia decente ou motores de busca de *internet* tivessem estado disponíveis, um «mapa do mundo» teria tido uma aparência muito diferente. Portanto, antes de mergulharmos na discussão de fronteiras específicas e do que elas significam, deixo aqui, por assim dizer, um mapa do território à nossa frente.

As primeiras entidades políticas que reconheceríamos como Estados — ou, pelo menos, as primeiras das quais temos registos, o que, obviamente, não é a mesma coisa — surgiram algures no quarto milénio antes de Cristo, naquilo que é por vezes conhecido como «Crescente Fértil», uma

região que se estende desde o vale do Nilo até ao local onde os rios Tigre e Eufrates se encontram com o Golfo Pérsico. Mais tarde, outras civilizações surgiram noutras vales fluviais: a civilização harapeana, centrada no Vale do Indo, no Paquistão; as primeiras dinastias chinesas, junto ao Rio Amarelo.

Os governantes destes lugares tinham quase certamente alguma noção de qual terra era definitivamente sua e qual não era, mas as periferias eram mais provavelmente áreas difusas, onde a sua influência era limitada, em vez de linhas rígidas a marcar o ponto em que repentinamente paravam. Além disso, o que se encontrava para lá era menos frequentemente um Estado rival do que uma espécie de terra de ninguém, livre de controlo político e habitada por nómadas, para além, provavelmente, de uma variedade excitante de coisas que poderiam matar-te. Simplesmente não havia humanos suficientes no mundo para que todas as terras fossem reivindicadas. Provavelmente, não é uma coincidência que a primeira fronteira que conhecemos seja a já mencionada, entre o Alto e o Baixo Egito, uma vez que o vale do Nilo era uma das poucas áreas férteis e suficientemente prósperas para sustentar Estados rivais que pudessem colidir entre si.

Esta situação — ilhas com estatuto de Estado num grande oceano de terra — parece ter persistido por, bem... quase toda a história humana. Os grandes impérios da era clássica preferiam confiar nas características naturais — montanhas, rios — para criar fronteiras, onde isso fosse possível. Quando criavam as suas próprias fronteiras, feitas pelo homem, como a Muralha de Adriano ou a Grande Muralha da China, tratava-se menos de marcar as fronteiras entre Estados do que entre a ordem e o caos, uma maneira de lhes dar algum tipo de controlo, ou até mesmo destacar a sua dominação sobre o homem e a natureza. O Império de Han, na China, como escreveu o historiador americano John Mears, em 2001, via a sua muralha «menos como uma linha clara e contínua e mais como um cordão sanitário, uma barreira que restringia a circulação de pessoas e mercadorias sobre aquilo que eles consideravam a fronteira aproximada do seu Estado». Meio milénio mais tarde, do outro lado da Eurásia, «nações» inteiras podiam e, de facto, entraram no Império Romano, estabelecendo-se como *Foederati* — reinos clientes — dentro das suas fronteiras. Independentemente de todo o poder destes impérios, esta é uma conceção muito mais fraca de fronteiras nacionais do que aquela à qual estamos habituados.

O Estado-nação — uma forma de organizar o mundo de maneira que as fronteiras políticas e etnolinguísticas se alinhem — também chegou mais tarde do que por vezes imaginamos. Vivemos num mundo ainda

moldado por dois países da Europa Ocidental, Inglaterra e França, que se fundiram cedo (ambos têm mais de mil anos). Isto, juntamente com mapas de aparência enganadoramente moderna com títulos como «Europa em 1000 d.C.», levou-nos por vezes a imaginar uma Europa medieval composta por um sistema de Estados rivais não muito diferente daquele que agora temos. Até ao início da era moderna, contudo, a «nação» era um conceito claramente difuso: as pessoas podiam movimentar-se livremente, desde que não fossem servos ou escravos, mas as cidades e os territórios eram constantemente negociados entre famílias nobres através de conquistas, tratados de paz ou alianças matrimoniais. Mesmo em Inglaterra e em França, as delimitações permaneceram difusas por muito mais tempo do que por vezes supomos — considere-se o facto de que o Lancashire, que mais tarde deu origem às grandes cidades inglesas de Manchester e Liverpool, não aparece no *Domesday Book*¹, ou que Giuseppe Garibaldi, um dos italianos mais famosos de sempre, nasceu em Nizza, hoje mais conhecida como Nice.

Mas então, num período de poucos séculos intensos, por volta de 1500, aconteceram algumas coisas relacionadas com tudo isto que mudaram fundamentalmente a forma como as pessoas concebiam o mundo. Uma delas foi que, graças a ferramentas aprimoradas e à imprensa, os mapas tornaram-se muito melhores. Isso foi útil como forma de, por exemplo, anunciar o controlo sobre aquela porção de terra acolá, que vocês acreditavam que era propriedade da vossa família; também deu aos líderes políticos uma noção mais espacial do seu poder.

Outra mudança foi na forma como pelo menos os europeus concebiam os Estados. Em parte, pode ter sido a mudança para uma forma de governo mais baseada na administração centralizada do que nas relações feudais que fez com que isto acontecesse; a Reforma foi, em grande parte, também responsável por isso. Mas, a certa altura, a noção de que grande parte do seu continente estava sob a influência de uma coisa vaga e possivelmente inexistente chamada «Cristandade» foi substituída pela ideia de um mundo composto por Estados soberanos independentes. Esta mudança é por vezes atribuída à Paz de Vestefália de 1648 (ver página 87), mas esta acaba por ser uma daquelas coisas sobre história que toda a gente «sabe» que pode ser inteiramente falsa: os tratados relevantes não têm quase nada a dizer sobre soberania.

¹ Levantamento das propriedades de Inglaterra mandado executar pelo rei Guilherme I no século XI. (*N. de T.*)

De qualquer modo, por volta do ano 1700, os mapas começaram a mostrar as fronteiras nacionais em linhas mais grossas do que outras formas de delimitação: pela primeira vez, o mais importante a saber sobre uma porção de terra era a que Estado ela pertencia. Ao mesmo tempo, as maiores potências europeias estavam a devorar terras fronteiriças não incorporadas. Agora, os Estados eram o mais importante, todos os lugares faziam parte de um, e eles não eram apenas unidades políticas, mas fontes de identidade cultural também.

Isto, através da expansão europeia e do imperialismo, logo passou — pelo menos em termos relativos — a definir o mundo inteiro. No início do século XIX, os Estados Unidos de Thomas Jefferson estavam a estabelecer fronteiras estaduais e a distribuir terras pelos colonos com base em pouco mais do que cartografia. No final do século, as potências europeias estavam a dividir a África — *um continente inteiro* — de uma forma muito parecida. As palavras do primeiro-ministro britânico Lord Salisbury — que, na melhor tradição britânica, conseguiu ser divertidamente irónico a respeito deste acontecimento terrível, ao mesmo tempo que também deixava claro que não tinha intenção de o travar — resumem os resultados da melhor forma: «Temo-nos dedicado a traçar linhas em mapas onde o pé de nenhum homem branco jamais pisou. Temos doado montanhas, rios e lagos uns aos outros, apenas prejudicados pelo pequeno impedimento de nunca sabermos exatamente onde estavam as montanhas, rios e lagos.» Não muito tempo antes, este sentimento não teria qualquer sentido — como se pode dividir o mundo usando apenas um mapa?

Inevitavelmente, claro, os impérios caíram (ou melhor, a maior parte deles; a China, a Rússia e os Estados Unidos, assim o creio, ainda estão de pé). Mas muitas das linhas que eles traçaram nos mapas sobreviveram. E, assim, os mapas atuais dividem as massas terrestres do nosso planeta em cerca de 193 pedaços distintos, a maior parte dos quais têm menos de dois séculos. Além disso, eles sugerem fortemente que as fronteiras entre eles não apenas são claras, como também a única verdadeira forma de dividir o planeta.

É impossível encontrar uma medida exata e indiscutível do comprimento de uma linha costeira; pode-se sempre ampliar ainda mais, obter uma medição mais precisa, incluir detalhes invisíveis de um ponto de vista mais distante. Da mesma forma, mesmo com uma contagem infinita de palavras, seria impossível elaborar a história de uma fronteira que incluísse

todas as peculiaridades do seu passado e geografia. As coisas precisam de ser comprimidas e resumidas. Por isso, o que se encontra aqui não é um relato definitivo, apenas a minha interpretação de quais partes são as mais interessantes, no pressuposto de que, se eu acho que elas o são, então vocês também o poderão achar. Da mesma maneira, tive de ser seletivo com quais histórias incluir. Esta não é, apesar do seu título, uma história definitiva do mundo: há séculos inteiros, civilizações inteiras, que fui obrigado a deixar de fora.

Estas lacunas refletem, em parte, as limitações de tempo e espaço inerentes à produção de qualquer livro, e, em parte, um desejo de evitar a repetição — mas também, para ser honesto, as minhas próprias limitações como ser humano, e o facto de que eu sou, em diferentes dimensões, inglês, britânico, europeu, ocidental e branco. Tentei sair da minha zona de conforto, reconhecer quantos dos problemas do mundo são obra de pessoas que se parecem mais ou menos comigo — mas esta é, em todo o caso, a minha história, com os meus preconceitos. Se ignorei a vossa fronteira favorita, ou a vossa civilização favorita, só posso pedir desculpas — e convidar-vos a comprar cópias deste livro para todos os vossos amigos e familiares para aumentar a probabilidade de eu poder corrigir esse erro numa continuação.

Também devo esclarecer de antemão que o que se segue não é uma história simples e linear, que vai do passado até ao presente. Poderia sê-lo, sem saltar de fronteira em fronteira de forma irritante e confusa, porque muitas destas histórias se desenrolam ao longo de muito tempo. Na verdade, a maior parte dos ensaios neste livro inclui tanto partes de história como comentários sobre o mundo como ele hoje se apresenta.

Dito tudo isto, a primeira parte do livro, **Histórias**, é mais ou menos cronológica. Aí, percorro algumas das mais interessantes linhas traçadas no passado, desde o mundo antigo até ao século xx — algumas, por parecerem particularmente importantes para a narração da história das fronteiras enquanto conceito, e outras por causa do papel que elas desempenharam na criação do mundo em que agora vivemos.

Na segunda parte, **Legados**, passo para a história das fronteiras cuja característica mais interessante é a forma como ainda afetam o mundo de hoje — por fornecerem potenciais pontos de tensão militar ou dilemas de política externa menos assustadores, ou simplesmente porque elas resultam em linhas estranhas ou confusas no mapa.

Finalmente, na terceira parte, **Externalidades**, analiso outros tipos de fronteiras, menos preocupadas com a divisão do controlo do solo sob os

nossos pés — fronteiras temporais, entre datas e fusos horários; fronteiras no mar ou no ar; e, por fim, fronteiras no espaço. Assim como o livro começa no passado distante, termina a olhar para o futuro.

Enquanto explico o que nos espera mais adiante, deixo umas notas rápidas sobre a linguagem. Em primeiro lugar, há uma diferença subtil entre as palavras inglesas *Boundary* (que significa uma linha onde os territórios de dois Estados se encontram, e que remete para uma ideia de divisão) e *Border* (que significa uma linha pela qual se pode atravessar de um Estado para outro, e que remete para uma ideia de conexão), mas que será, na maior parte das vezes, ignorada neste livro, pois ambas as palavras serão utilizadas de forma intercambiável com o sentido da palavra portuguesa «fronteira». De igual modo, a expressão «Médio Oriente» é obviamente problemática, pois pressupõe uma perspetiva europeia do mundo, enraizada num determinado tempo, lugar e atitude. É, se pensarem nisso por meio segundo, tão absurdo como o facto de uma grande porção da metade oriental dos Estados Unidos ser ainda comumente referida como «Midwest» (Centro-Oeste). Há também uma complicação adicional pelo facto de que o que hoje em dia chamamos de Médio Oriente — a extensão do Mediterrâneo Oriental outrora ocupada pelos Otomanos — terá sido outrora designado de «Próximo Oriente». Na verdade, considereei usar termos menos carregados, como «Ásia Ocidental», «Sudoeste Asiático» ou «SWANA». Mas, apesar do facto de «Ásia» ter sido originalmente o termo para designar o que hoje é a Turquia, referir-se a essa região como tal nos dias de hoje é suscetível de confundir o leitor médio, e a clareza é tudo. Assim, vou ignorar isto em favor do uso coloquial. Esta nota é a minha forma de dizer: olhem, eu não estou contente com isto, está bem?

Por último, devo admitir de antemão que o próprio título deste livro é enganador. Contém 47 *capítulos*, mas alguns lidam com múltiplas fronteiras. As linhas que a humanidade traçou nos mapas são incontáveis. É adequado, portanto, que o número de fronteiras abrangidas nestas páginas também o sejam.

Estamos todos familiarizados com o mapa do mundo, ou com o do nosso cantinho no mundo. Estamos todos tão conscientes de onde termina a nossa parte e algo diferente começa que pode ser fácil de imaginar que as linhas que o dividem são uma característica da geografia tão natural como montanhas, rios ou costas. Mas não são. Estas divisões são ideias, mais do que factos físicos, e para um animal ou um extraterrestre seriam invisíveis.

Além do mais, o que foi feito pode ser desfeito. Houve um tempo antes de essas linhas existirem; haverá um tempo em que elas já não existirão.

Nenhuma fronteira é inevitável ou eterna. Elas são arbitrárias e contingentes e, em muitos casos, poderiam ter tido uma aparência muito diferente se uma guerra, ou um tratado, ou as decisões de um punhado de europeus cansados tivessem seguido um caminho diferente. Por vezes, elas são passageiras; por vezes, persistem durante séculos. Algumas são divertidas; algumas absurdas; algumas causaram um número de mortes que chegou aos milhões.

Ao contar as histórias destas fronteiras, podemos aprender muito sobre a vaidade e a loucura humanas, e ver como aquilo que parece óbvio e permanente num século parecerá aleatório ou ridículo noutro. Estas histórias mostram-nos como decisões tomadas por razões de poder político de curto prazo ou por causa do ego podem ter feitos de longo prazo no mundo real, durante as décadas ou os séculos vindouros. E por onde melhor começar do que mesmo a sul do Cairo, há 5000 anos, para considerar o que a primeira fronteira da história humana verdadeiramente significou?

PARTE UM

HISTÓRIAS

*As Fronteiras são inventadas — os impérios erguem-se e caem —
os Estados-nação surgem — a Europa dá cabo do mundo*

A UNIFICAÇÃO DO ALTO E DO BAIXO EGITO

A PRIMEIRA FRONTEIRA DO MUNDO — POSSIVELMENTE

A transição da pré-história para a história não representa o ponto em que as coisas começaram a acontecer, apenas marca o ponto em que as pessoas começaram a anotar coisas. Como resultado, é impossível dizer com algum grau de certeza onde apareceram as primeiras fronteiras, uma vez que o desejo de dividir o «nós» do «eles» quase certamente precede o desejo de registá-lo de uma forma que sobreviverá para ser lido no século XXI.

Na verdade, as primeiras cidades-estado/tribos/outros povos com algum tipo de identidade de grupo (eliminar consoante a ideologia e preferência) podem ter dispensado fronteiras no sentido moderno, simplesmente porque o mundo estava, segundo os padrões modernos, vazio. Eles tinham, sem dúvida, uma noção de onde terminava a terra sob o seu controlo — mas, para além dela, era menos provável que houvesse uma linha imaginária a marcar a fronteira com outra tribo do que uma terra de ninguém que nenhum ser humano controlava. Se alguém tivesse inventado mapas, o que não aconteceu, eles parecer-se-iam menos com a atual manta de retalhos de Estados-nação do que com o espaço ou o mar: ilhas de ordem num mar de caos.

Um dos primeiros lugares onde isso deixou de ser verdade foi no nordeste de África. Nos tempos pré-históricos, esta região havia sido o lar de caçadores — coletores nómadas, que se deslocavam de um lugar para o outro em busca de comida, possivelmente com rebanhos de gado a reboque. Algures por volta do oitavo milénio antes de Cristo, contudo, mudanças climáticas naturais fizeram com que a terra começasse a secar e, ao longo de muitas gerações, os nómadas estabeleceram-se para cultivar as terras consistentemente férteis ao lado dos rios. Essas terras, porém, eram reduzidas em comparação com o grande deserto mais além; o

estilo de vida sedentário fez com que existisse muitas pessoas num espaço relativamente pequeno.

E é assim que, trabalhando cronologicamente, o primeiro exemplo de algo que se assemelha a uma fronteira internacional moderna com que nos depararemos, algures no quarto milénio antes de Cristo, é quase certamente aquele que encontramos no Nilo. A norte da fronteira ficava o Baixo Egito, a terra do delta, uma área fértil relativamente ampla, propensa a inundações. A sul, ficava o terreno mais elevado do Alto Egito, a terra do vale, onde a faixa de terras férteis era mais reduzida e todos os povoados se amontoavam junto ao rio. A linha divisória, se é que existia algo tão coerente como uma linha, tem tradicionalmente sido colocada em volta do trigésimo paralelo. Estes dois reinos tinham costumes, dialetos e provavelmente também interesses geopolíticos diferentes, estando o norte voltado para o Mediterrâneo e o Levante, e o sul para a Núbia e o interior de África. Também não há razão para imaginar que eles se viam a si mesmos como duas metades de um todo dividido. A ideia do Egito veio mais tarde.

Então porque é que, num momento da história acerca do qual não sabemos quase nada, temos conhecimento desta fronteira? Porque, por volta de 3000 a.C., um tipo qualquer a aboliu. Um rei do Alto Egito chamado Menés conquistou o norte e fundou uma nova capital em Mênfis, a partir da qual governaria o seu reino recém-unificado, tornando-se assim no primeiro faraó e criando uma nação que ainda perdura ao longo de toda a história humana até hoje. Durante os séculos que se seguiriam, os governantes do Egito retrataram-se com símbolos que representavam ambas as metades dos seus reinos, usando o título «do junco e da abelha» (emblemas do Alto e do Baixo Egito, respetivamente), e autointitulando-se como «unificador das duas terras» (as traduções exatas variam). Eles usavam até uma coroa dupla, o *pschent*, que combinava a coroa branca do Alto Egito e a coroa vermelha do Baixo Egito. Crucial para esta noção mais antiga que os egípcios tinham da sua nação era a ideia de eles já terem sido dois reinos no passado, mas agora, graças aos seus benévolos governantes, serem um só.

É claro que é bastante difícil entender o que se passava num mundo que estava mais distante de Sócrates do que este último está de nós; também sabemos muito menos sobre o Baixo Egito do que sobre o Alto, porque o solo ligeiramente mais húmido fazia com que os materiais tivessem maior probabilidade de apodrecer. E a história egípcia continua por séculos, tanto tempo que as suas conquistas pelos persas e por Alexandre, o *Grande* — acontecimentos que categorizaríamos com segurança como

«história antiga» —, têm lugar naquilo que é comumente referido como o seu «período tardio». Então, não ficarão surpreendidos ao saber que existem alguns pontos de interrogação nesta história.

No seu livro *The Rise and Fall of Ancient Egypt*, Toby Wilkinson destaca descobertas recentes, que sugerem que os últimos dois reinos existentes antes da unificação, por volta de 3100 a.C., estavam sediados em Tjeni e Nekhen, ambos bem no interior do Alto Egito. Quando o Egito foi novamente dividido durante períodos posteriores de instabilidade, observa ele, essa divisão ocorreu geralmente em Asyut, uma súbita constrição no vale do Nilo, a norte de ambos os locais, mas a uns bons 300 km para sul da fronteira teórica. A geografia política está longe de ser tão clara como a narrativa tradicional faz parecer.

Também é possível — e isto é bastante estranho — que Menés nunca tenha verdadeiramente existido. O seu nome quase não aparece nos registos arqueológicos e, por isso, surgiu um consenso que o identifica como um rei sediado em Tjeni, chamado Narmer, que tem a vantagem de ser alguém que definitivamente existiu mesmo. (Só para nos dificultar a vida, os faraós muitas vezes tinham mais do que um nome.) Um dos lados da Paleta de Narmer, descrita por um egiptólogo como o «primeiro documento histórico do mundo», parece mostrá-lo a usar a longa coroa branca do Alto Egito e a golpear alguém; o outro mostra-o a governar alegremente com a coroa vermelha mais pequena do Baixo Egito. Isso certamente sugere que aquilo que vemos é um registo de conquista e unificação. Mas, ainda assim, há um debate sobre se a paleta pretendia mostrar um verdadeiro evento histórico ou algo mais parecido com uma história mitológica de origem, do tipo «criado por lobos, matou o seu irmão e fundou Roma». As evidências arqueológicas efetivamente sugerem que um reino no sul do Egito estendeu gradualmente o seu controlo — primeiro sobre os seus vizinhos mais próximos, e depois para norte —, mas pode não ter havido um momento em que dois reinos claramente definidos se fundiram para se tornarem num só, ou um rei específico que fez com que isso acontecesse.

Porque é que esta fronteira aparece sequer nos registos históricos? Porque, embora possamos não saber muito sobre o que os primeiros faraós fizeram, a natureza das evidências que temos (túmulos, monumentos, listas de reis, etc.) significa que sabemos muito sobre a forma como eles desejavam ser vistos. E toda aquela insígnia — a coroa dupla, cujas metades, na verdade, podem ter tido ambas origem no Alto Egito; e os títulos como «senhor das duas terras» — sugere que era importante que os faraós se posicionassem como a personificação do Egito unido. Sabe-se que pelo

menos um, Djer, realizou uma espécie de viagem referida como a «circunvolução das duas terras», unificando o seu vasto reino através da sua própria presença.

Cinco mil anos mais tarde, depois de o Egito ter sobrevivido à ocupação por todos, desde persas a britânicos, e de ainda ter saído disso como uma entidade única, a ideia de o fragmentar novamente pode parecer fantasiosa. Nos tempos antigos, contudo, esta era uma preocupação muito real: durante os «períodos intermédios», entre os reinos antigo, médio e novo, a terra fragmentou-se de novo e, por vezes, mais do que uma dinastia governou simultaneamente a partir de diferentes capitais. Títulos como «unificador das duas terras» refletiam o facto de o prestígio do faraó advir, em parte, de ele ser suficientemente forte para unir o país.

Se a fronteira entre os dois Egitos tenha ou não alguma vez existido literalmente importava menos do que o facto de que o seu governante era suficientemente forte para a ter apagado.

Uma última coisa antes de deixarmos o Antigo Egito para trás e passarmos para os acontecimentos relativamente recentes do primeiro milénio antes de Cristo. Na época de Djoser, o fundador da terceira dinastia no século XXVII a.C., o Egito estava dividido em províncias conhecidas como «nomos». Cada um deles era governado por um «nomarca», que parecem ter sido governantes hereditários com as suas próprias bases de poder pseudo-feudais. No auge dos reinos, havia quarenta e dois nomos e eles persistiram até às conquistas muçulmanas de 640 d.C.

Por outras palavras, os nomos eram unidades de governo local que persistiram de uma forma ou de outra por mais de 3200 anos. Isto relativa os condados ingleses ou os estados americanos, não é assim?

A GRANDE MURALHA DA CHINA
E A FRONTEIRA COMO UNIFICADORA

MARCANDO OS LIMITES DO REINO
DO MEIO DESDE 221 A.C.

Já não se pode dizer que «a única coisa que todos sabem sobre a Grande Muralha está errada». Isto porque a única coisa que todos sabem sobre ela agora é que «não é mesmo verdade que se pode vê-la do espaço», e isso, por sinal, está correto. A muralha pode ser muito longa, mas tem apenas alguns metros de largura e, em todo o caso, é da mesma cor da terra em seu redor, o que significa que não se pode vê-la nem mesmo de uma órbita baixa. Se quiserem ver a Grande Muralha da China, o melhor é irem, bem... à China.

O que é verdade, contudo, é que ela é quase inimaginavelmente vasta: cerca de 50.000 km de muralhas, o que, naquela latitude, é suficiente para dar a volta ao mundo e ainda outra meia volta. O facto de claramente não o fazer é, em parte, por não seguir em linha reta, mas principalmente por não ser, de todo, uma só muralha: é uma teia de paralelos e ramificações, estendendo-se como uma rede de 2500 km através do norte da China, desde o Portão de Jade no extremo oeste até às fronteiras da Coreia. Nem todas essas muralhas ainda existem: estima-se que a rede que resta tenha cerca de 21.000 km de comprimento. Para ser justo, isto ainda é muita muralha.

Para explicar por que razão as muralhas eram necessárias — e como se tornaram num símbolo da unificação da China —, ajuda recuar um pouco e colocar uma grande questão. Porque é que começámos a ter fronteiras, logo para começar?

Durante a maior parte da Idade da Pedra — que, com cerca de 2,5 milhões de anos, representa aproximadamente 99,8 por cento da história humana —, a nossa espécie era esmagadoramente composta por caçadores-coletores: pequenos bandos tribais que se deslocavam muito, raramente se encontravam com estrangeiros e obtinham as suas calorias ao... bem... caçar animais e recolher vegetais. Mas, a dada altura, provavelmente há

cerca de 12.000 anos, isso começou a mudar. Num acontecimento variavelmente conhecido como Revolução Neolítica ou Revolução Agrícola, alguém — ou, provavelmente, muita gente — inventou a agricultura.

Exatamente por que razão alguém se deu a esse trabalho é, estranhamente, um pouco misterioso: poderia presumir-se, com uma visão sobre a inexorável marcha do progresso à boa maneira *whiggish*², que isto fez com que as coisas melhorassem, mas, na verdade, há bastantes evidências de que a agricultura envolvia mais trabalho por menos calorias. Os antropólogos teorizaram todo o tipo de razões pelas quais os nossos antepassados fizeram essa coisa ostensivamente autodestrutiva, que ainda é, de acordo com qualquer definição sensata, a coisa mais importante que alguma vez aconteceu à nossa espécie: alterações climáticas; benefícios de curto prazo que disfarçavam problemas de longo prazo; benefícios para a elite que se sobrepunham aos problemas para as massas. Uma possibilidade é a simples demografia: é possível sustentar mais pessoas de uma dada área de terra através da agricultura do que através da caça e da coleta, o que significava que aqueles que praticavam a agricultura inevitavelmente acabavam por dominar. De todo o tipo de maneiras — mais trabalho, mais desigualdade, a mudança para a existência sedentária ter permitido gravidezes mais frequentes e, assim, a invenção do patriarcado —, a vida tornou-se mais difícil. Mas, com uma população em crescimento, havia, pelo menos, mais vida na terra.

De qualquer forma, a agricultura significou sedentarismo, o que teve toda a espécie de implicações para a relação entre os humanos e o mundo físico. Por um lado, isso significava que haveria mais posses: poder-se-ia «possuir» algo sem se ter de ser capaz de o carregar às costas. Também significava que o controlo de terras boas para o cultivo se tornava num dos fatores mais importantes para determinar quais os grupos de pessoas que prosperariam e quais não o fariam. Onde, antes, pequenos grupos de pessoas se deslocavam por vastas áreas, agora grupos muito maiores concentravam-se em áreas relativamente pequenas.

Mas, para que um grupo controlasse um pedaço de terra, isso inevitavelmente significava que outros não o podiam fazer. Isso deu aos primeiros um incentivo para defender; aos segundos, um incentivo para atacar.

Provavelmente conseguem ver como isto é o tiro de partida para, essencialmente, toda a história humana.

² Termo derivado de «*Whig*», nome pelo qual era conhecido um antigo partido do Reino Unido, e que pode servir também para referir ideias progressistas ou visões otimistas sobre o progresso da história. (*N. de T.*)

As primeiras civilizações — no Egito, na Mesopotâmia, no Vale do Indo no Paquistão e no noroeste da Índia — começaram todas em vales de rios, onde a terra era fértil e as estações previsíveis. Por razões óbvias, sabemos relativamente pouco sobre a vida e a política nesses lugares: tal como com a história de Menés/Narmer, dependemos de disciplinas como a arqueologia e a antropologia, porque ninguém havia tido a gentileza de inventar a história escrita. Mas, tanto quanto sabemos, em alguns momentos, alguns destes lugares pareciam-se com impérios unificados, cuja fronteira mais importante era a linha difusa entre a civilização e a barbárie; noutros, podiam ser consistidos por múltiplos Estados, que competiam por território e hegemonia, com o poder a mudar frequentemente entre dinastias e cidades. Um período de estabilidade e sucesso poderia fazer com que a zona de civilização e assentamento se expandisse, mas, a dada altura, os bons tempos inevitavelmente terminariam e o conjunto resultante de diferentes cidades/estados/coisas inevitavelmente entraria em conflito.

Esta parece ter sido a história da China antiga. No seu auge, as primeiras dinastias controlavam territórios que, embora fossem uma mera fração do tamanho da China moderna, eram, ainda assim, vastos para os padrões da sua época. Tal como no Egito, contudo, estes impérios tiveram uma tendência periódica para se fragmentarem em pedaços mais pequenos. Foi assim que, quando ainda faltava alguns séculos para terminar o primeiro milénio antes de Cristo, os Zhou, a terceira e mais longa dinastia da China, teoricamente ainda liderava um império sobre o qual havia reinado desde meados do século XI.³ Na prática, porém, já no século VIII, o verdadeiro poder já havia começado a drenar-se do centro para um conjunto de potências locais mais pequenas. No século V, o imperador foi forçado a reconhecer a independência de alguns destes estados mais pequenos; no século III, ele era pouco mais do que uma figura decorativa e o seu reconhecimento já nem sequer importava. Para dar uma ideia do que isto pode ter significado, o período que vai dos séculos V a III a.C. é conhecido como «Período dos Estados Combatentes».

³ Ela pode não ter sido verdadeiramente a terceira. A dinastia que tradicionalmente aparece em primeiro lugar na lista, a Xia, não deixou registos e, por isso, é geralmente considerada apenas um pouco mais plausível do que o período lendário dos «Três Soberanos e Cinco Imperadores» que a precedeu. A que se segue na lista, a Shang, que parece ter reinado na segunda metade do segundo milénio antes de Cristo, efetivamente deixou algumas evidências documentais e arqueológicas. Isso significa que, embora ainda haja algum debate sobre a data de início, data de fim e quase tudo o resto da dinastia Shang, o consenso é o de que ela, pelo menos, existiu. De alguma forma.

Este é o mundo em que os chineses começaram a construir as suas muralhas. Já no século VII a.C., o Chu — um Estado vassalo dos Zhou naquilo que é hoje a província de Hubei — começou a construir uma barreira defensiva permanente, conhecida como «Muralha Quadrada», para proteger a sua capital. O Estado de Qi, a norte, usava uma combinação de diques fluviais, montanhas intransponíveis e estruturas totalmente novas de terra e de pedra para proteger o seu perímetro. O Estado de Zhongshan construiu muralhas para se proteger dos estados de Zhao e Qin; o Estado de Wei construiu duas, uma para proteger a sua capital, outra para defender os seus reinos das tribos nómadas a oeste e também do Estado de Qin, mais uma vez. O Estado de Qin, provavelmente um pouco irritado com isto, construiu as suas próprias muralhas para se proteger de ainda mais nómadas.

E assim continuou. (Há mais reinos, e muitas mais muralhas, mas isto parece suficiente para dar uma ideia.) Estas muralhas eram defensivas, sim, mas eram também uma forma de marcar território. A impressão com que se fica é a de dinastias locais a quererem literalmente deixar a sua marca na terra — para mostrar que eram tão poderosas quanto o reino do lado.

Tudo isto chegou a algum tipo de conclusão em 221 a.C., quando Shihuangdi, líder da então extremamente poderosa dinastia de Qin, completou a anexação de Qi, unificou a China e anunciou ao mundo que a sua dinastia duraria 10.000 gerações.⁴ Isto acabou por ser um pouco otimista: em 207 a.C., apenas quatro anos depois da sua morte, o seu império entrou em colapso e, depois de uma rápida guerra civil, a sua dinastia foi substituída pela bastante mais durável Han. Não obstante, Shihuangdi entrou para a história como o primeiro verdadeiro imperador da China, por causa dos seus muitos esquemas entusiasmantes para transformar os antigos estados em guerra num único povo com uma única identidade. O seu regime unificou os vários sistemas de escrita chineses num só sistema de escrita; padronizou os pesos e as medidas; até criou regras sobre a largura dos eixos dos carrinhos para melhorar as comunicações. Há uma razão pela qual os Qin — pronuncia-se, mais ou menos, como «chin» — deram o seu nome ao Estado.

⁴ Eu disse que eles estavam irritados.



*A Grande Muralha da China, sobreposta ao Mapa Atual.
Nem todos os ramos são mostrados.*

E, no entanto, o primeiro imperador também é lembrado como uma espécie de vilão, porque, entre estes vários esquemas, havia um programa exaustivo de obras públicas. Usando um vasto exército de trabalhadores não remunerados, forçados a trabalhar como uma espécie de imposto, o Estado construiu novas estradas, canais e fortalezas. Começou também a interligar as várias muralhas históricas num só sistema destinado à defesa contra as invasões bárbaras do norte, mas também como um símbolo do Estado recentemente unificado. A literatura do período critica o efeito ruinoso que isto teria nos jovens forçados a trabalhar e nas famílias que eles deixaram para trás. Mas, para o bem ou para o mal, a China obteve a sua muralha.

Estas estruturas originais pareciam-se mais com terraplanagens do que com muralhas no sentido em que as entenderíamos, construídas com terra compactada e outros materiais que podiam ser recolhidos localmente — nas palavras da National Geographic, «folhas de palmeiras vermelhas no Deserto de Gobi, troncos de choupos selvagens da Bacia do Tarim, juncos

em Gansu». O que permanece hoje, contudo, é sobretudo uma construção muito mais recente. A imagem mental que tiveram ao ler isto — um edifício de tijolos tão largo quanto alto, estendendo-se até ao horizonte ao longo das colinas como uma grande cobra cinzenta — é quase de certeza as Muralhas Ming. Estas foram um assunto conscientemente defensivo, uma tentativa da dinastia que governou a China a partir de 1368 d.C. de ressuscitar um sistema tão afastado deles quanto o Império Romano está de nós e, assim, garantir que uma invasão como as conquistas Mongóis do século anterior nunca mais pudesse voltar a acontecer. As suas muralhas, estendendo-se por mais de 7000 km do deserto até ao mar, também não eram apenas muralhas. Eram um complexo militar completo, que incluía portões e estábulos, torres e fortalezas, com nomes bombásticos como A Torre para Suprimir o Norte ou (o meu favorito) A Torre para Suprimir os Estrangeiros que se parecem com Cabras.

Isto funcionou, mas, no contexto da grande extensão de história chinesa, não por muito tempo. Quando os Ming começaram a vacilar, o Estado já não conseguia guarnecer devidamente as suas defesas ou abastecer adequadamente os que restavam para as guardar: como se verificou, uma muralha só conseguia ser tão forte quanto o Estado que protegia. Quando os Manchus organizaram uma invasão no século XVII, a muralha não foi suficiente para os travar. Isso não significa que não tivesse a sua utilidade, contudo: a dinastia que os Manchus estabeleceram, os Qing, a última a governar a China imperial, considerou a muralha como um baluarte útil contra a possibilidade de demasiada influência cultural chinesa entrar nos seus territórios não-chineses originais, no nordeste.

Tudo isto leva-nos a um dos factos mais importantes sobre as muralhas. O seu propósito e significado mudaram radicalmente ao longo dos séculos — o que, dada a probabilidade de algo permanecer da mesma forma por mais de 2000 anos, não deverá ser uma surpresa. Os seus antecedentes foram um reflexo da divisão da China, as muralhas Qin da sua unificação. Nalguns séculos, o império recuou para trás das muralhas, que acabaram por simbolizar a fronteira entre a civilização chinesa e o mundo caótico de fora. Noutros, o império estendeu-se muito para além delas, tornando-as menos uma estrutura defensiva e mais uma artéria de comunicação, uma forma de permitir e monitorizar as viagens e o comércio das regiões centrais para as províncias. Noutros ainda, elas foram esquecidas, negligenciadas e deixadas para se desmoronarem.

Depois, há o papel incontornável do turismo. Em períodos em que a China esteve mais fechada ao mundo, as muralhas foram aquilo atrás do

qual ela se refugiou; quando esteve mais aberta, contudo, a beleza das suas muralhas históricas foi uma das principais atrações que ela ofereceu aos visitantes, uma paragem fundamental no trajeto turístico para os ocidentais desde o tempo da queda dos Ming. Hoje em dia, autocarros lotados de turistas nacionais visitam o troço mais próximo de Pequim — assim como, outrora, os jovens europeus ricos viajavam pela Europa numa grande *tour*, atualmente, estudantes chineses ricos visitam as suas muralhas.

Assim, mesmo que as muralhas ainda sirvam um propósito como símbolo da China unificada que elas foram construídas para proteger, elas não poderiam esconder o país do mundo para sempre. E não foram só os Mongóis e os Manchus que conseguiram atravessá-las: quando os europeus chegaram no século XIX, fizeram-no por mar, trazendo navios de guerra para os portos chineses. Como os Chu, os Qi e os outros descobriram há muitos milénios, e como os Ming descobriram no século XVII: nenhuma fronteira pode manter os estrangeiros do lado de fora para sempre.